

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 21.362/2025

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL DE BEBÊ PARA GESTANTES DO PROJETO CARINHO DE MÃE ATENDIDAS PELOS CRAS DE SAQUAREMA.

Saquarema, 07 de maio de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

(Processo Administrativo: 21.362/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preço para eventual e futura aquisição de kits de enxoval para bebês destinados às gestantes atendidas pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Saquarema, no âmbito do Projeto Carinho de Mãe, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. DA COMPOSIÇÃO DOS KITS DE ENXOVAL

1.3. Os kits de enxoval para bebês serão compostos por itens agrupados conforme sua natureza e finalidade de uso, visando à melhor organização, padronização e logística de fornecimento.

1.4. Para fins desta contratação, os itens foram distribuídos nos seguintes grupos:

- **Grupo 1** – Bolsa Maternidade: composto por item destinado ao acondicionamento e transporte dos produtos do enxoval;
- **Grupo 2** – Vestuário Infantil: composto por peças de vestuário e itens confeccionados em tecido, destinados ao uso direto do bebê;
- **Grupo 3** – Acessórios de Cuidado de Infantil: composto por itens auxiliares ao cuidado diário e à alimentação do bebê;
- **Grupo 4** – Itens de Higiene e Saúde: composto por produtos de higiene pessoal e cuidados básicos de saúde.

- 1.5. A divisão em grupos visa garantir maior eficiência na gestão da ata de registro de preços, bem como possibilitar a adequada organização dos kits a serem distribuídos às beneficiárias do Projeto Carinho de Mãe.

1.6. DA PADRONIZAÇÃO DOS ITENS E EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

- 1.7. Com o objetivo de garantir a uniformidade, qualidade e segurança dos kits de enxoval a serem distribuídos, os itens constantes dos Grupos 1 – Bolsa Maternidade e 2 – Vestuário Infantil deverão observar critérios de padronização quanto à composição, acabamento, coloração e características técnicas.

- 1.8. Os produtos deverão apresentar padrão uniforme entre si, especialmente no que se refere à tonalidade das cores, qualidade dos materiais empregados e acabamento, de modo a assegurar a harmonia visual e funcional do kit.

- 1.9. Para os itens têxteis, será exigida a apresentação de laudo técnico emitido pela fabricante, que comprove, no mínimo:

- a composição do tecido;
- a adequação ao uso infantil;
- a ausência de substâncias nocivas à saúde;
- a conformidade de tratamentos antimicrobianos informados na especificação.

- 1.10. Para o item 1 do Grupo 1 (Bolsa Maternidade), será obrigatória a aplicação da logomarca institucional da Administração, em conformidade com os padrões de identidade visual estabelecidos.

- 1.10.1. A logomarca deverá ser aplicada nos locais e dimensões definidos para o item, observando critérios de legibilidade, proporcionalidade e qualidade da técnica, por meio de bordado computadorizado.

- 1.10.2. As referências visuais, modelos de aplicação, cores, proporções e demais especificações da logomarca encontram-se detalhadas no **Anexo II** deste Termo de Referência, devendo ser rigorosamente observadas pelos licitantes.

- 1.11. A bolsa maternidade deverá atender aos requisitos de qualidade, resistência e funcionalidade, sendo confeccionada em material durável, impermeável ou de fácil higienização, com acabamento e costuras reforçadas, devendo apresentar uniformidade quanto à cor, dimensões e características construtivas, conforme especificações deste

Termo de Referência, garantindo padronização visual e funcional entre as unidades fornecidas, bem como ser produzida com materiais atóxicos, livres de substâncias nocivas e adequados ao uso em ambiente infantil

- 1.12. Para os itens do Grupo 2, os produtos deverão atender às normas de segurança aplicáveis ao uso infantil, sendo confeccionados em materiais atóxicos, livres de substâncias nocivas e adequados à faixa etária indicada.
- 1.13. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, a apresentação de laudos, certificações ou amostras para verificação da conformidade dos produtos.
- 1.14. O descumprimento dessas exigências poderá ensejar a recusa dos itens no ato do recebimento.
- 1.15. **QUANTITATIVO ESTIMADO POR GRUPO**
- 1.16. Para fins de planejamento da contratação, estima-se a aquisição dos seguintes grupos destinados à composição dos Kits de bebê, conforme quantitativos abaixo:

GRUPO 1			
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.
1	Bolsa maternidade com trocador impermeável: Confeccionada em material sintético emborrachado, e interno em PVC, com alças tira colo e de mão ajustáveis, com 03 (três) bolsos externos, 01 (um) bolso interno. Medidas 40x44x18 (AxLxP). Fechamento superior em zíper com duplo cursor. Revestimento interno impermeável. Personalizada com a arte do Projeto Carinho de Mãe e a logomarca da Prefeitura de Saquarema, conforme padrão definido no Anexo II. Cor: bege (referência Pantone 468 C) Obs.: Conforme Anexo II (Identidade Visual), seguem as imagens de referência da personalização e logotipos oficiais para padronização visual. A personalização será realizada na parte frontal do bolso, por meio de bordado computadorizado.	Peça	2.000
GRUPO 2			
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.
2	Body manga curta para bebê: confeccionado em algodão, com tratamento antimicrobiano (antiácario, antibacteriano e antifúngico). Com mangas curtas, decote tipo envelope	Peça	2.000

	(transpasse nos ombros) e fechamento entrepernas por botões de pressão. Costuras reforçadas. Tamanho: recém-nascido (RN). Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C. Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.		
3	Body manga longa para bebê: confeccionado em algodão, com tratamento antimicrobiano (antiácido, antibacteriano e antifúngico). Com mangas longas, decote tipo envelope (transpasse nos ombros) e fechamento entrepernas por botões de pressão. Costuras reforçadas. Tamanho: recém-nascido (RN). Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C. Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.	Peça	2.000
4	Casaquinho com capuz para bebê: Confeccionado em moletom, com tratamento antimicrobiano (antiácido, antibacteriano e antifúngico). Com capuz, mangas longas e abertura frontal com fechamento por botões de pressão. Punhos e barra ajustados e reforçados. Tamanho: recém-nascido (RN). Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C. Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.	Peça	2.000
5	Cobertor/manta para bebê: Confeccionado em algodão. Acabamento nas bordas com costura reforçada, na mesma tonalidade do produto. Dimensões mínimas: 1,00 m x 0,75 m, com tolerância de variação de até 5% para mais ou para menos. Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C. Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.	Peça	2.000
6	Kit meias para bebê: Composto por 02 (dois) pares de meias confeccionadas em algodão. Punho elástico, sem causar desconforto. Sem costura. Tamanho: recém-nascido (RN). Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C. Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.	Kit	2.000

7	<p>Kit toalha de boca: Composto por 02 (duas) toalhas de boca para bebê, confeccionadas em algodão, com tratamento antimicrobiano e antialérgico. Uso infantil.</p> <p>Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C.</p> <p>Dimensões: 25x30 (CxL) com tolerância de variação de até 5% para mais ou para menos.</p> <p>Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.</p>	Kit	2.000
8	<p>Kit touca e luvas para bebê: Composto por 01 (uma) touca e 01 (um) par de luvas, confeccionados em algodão. Tamanho: recém-nascido (RN).</p> <p>Produto antialérgico, livre de substâncias irritantes, com costuras reforçadas que garantem resistência e durabilidade para uso diário.</p> <p>Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C.</p> <p>Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.</p>	Kit	2000
9	<p>Toalha de banho com capuz para bebê: Confeccionada em tecido macio e absorvente, em algodão. Acabamento em costura reforçada nas bordas. Tamanho: recém-nascido (RN).</p> <p>Dimensões: 0,70 m x 1,00 m (CxL) com tolerância de variação de até 5% para mais ou para menos.</p> <p>Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 11-0515 TCX Lemon Icing.</p> <p>Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.</p>	Peça	2.000
10	<p>Kit culote (calça) para bebê: Composto por 02 (duas) unidades de culote sem pé, confeccionadas em algodão, com tratamento antimicrobiano (antiácido, antibacteriano e antifúngico). Sem costura, cós em elástico. Acabamento com costuras reforçadas. Tamanho: recém-nascido (RN).</p> <p>Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C.</p> <p>Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.</p>	Kit	2.000
11	<p>Macacão curto tipo short para bebê: Confeccionado em algodão, com tratamento antimicrobiano (antiácido, antibacteriano e antifúngico). Com mangas curtas, gola redonda e abertura frontal e inferior com botões de pressão. Acabamento em costura reforçada. Tamanho: recém-nascido (RN).</p>	Peça	2.000

Processo nº 21.362/2025

Folha: **1644** Rubrica: ____

	Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C.		
	Etiqueta interna contendo informações como composição do tecido, tamanho.		
GRUPO 3			
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.
12	<p>Cortador de unhas infantil: Cortador manual com design anatômico, indicado para recém-nascidos, com lâminas em aço inoxidável. Lâmina de tamanho reduzido e curvatura adequada para unhas de bebês. Acompanha capa protetora. Produto livre de substâncias nocivas, adequado ao uso infantil.</p> <p>Cor: Amarelo.</p> <p>Produto com identificação do fabricante, instruções de uso em língua portuguesa.</p> <p>Qualidade igual ou superior às marcas Multikids, Buba e Clingo.</p>	Peça	2.000
13	<p>Kit chupetas para bebê (0 a 6 meses): <u>Composto por 02 (duas) chupetas</u> indicadas para recém-nascidos, confeccionadas em material atóxico, livre de BPA e substâncias nocivas, adequadas ao uso infantil. Bico em silicone. Escudo flexível com ventilação, auxiliando na redução de irritação da pele. Indicado para faixa etária de 0 a 6 meses.</p> <p>Cor: Amarelo.</p> <p>Produto com identificação do fabricante, instruções de uso em língua portuguesa.</p>	Kit	2.000
14	<p>Kit mamadeira: <u>Composto por 03 (três) mamadeiras</u> com bico universal, confeccionadas com corpo em polipropileno ou material similar e bico em silicone macio e flexível ou material equivalente, atóxicas e adequadas ao uso infantil. <u>Sendo</u>, 01 (uma) mamadeira de 50 ml, do tipo inicial (conhecida como “chuquinha”), indicada para os primeiros dias de vida; 01 (uma) mamadeira de 150 ml; 01 (uma) mamadeira de 200 ml. Devem conter tampa protetora.</p> <p>As mamadeiras deverão possuir sistema com mecanismo que auxilie na redução da ingestão de ar durante a alimentação. Produto fornecido com instruções de uso em língua portuguesa e identificação do fabricante, contendo informações como composição, capacidade e data de fabricação.</p> <p>Cores: Tampa: amarela; Corpo: transparente</p>	Kit	2.000

	Qualidade igual ou superior às marcas Philips Avent, NUK e Lillo.		
15	Kit pente e escova para bebê: <u>Composto por 01 (um) pente e 01 (uma) escova</u> , confeccionados em material resistente e atóxico, adequados ao uso infantil. Pente com dentes finos e espaçados, sem pontas cortantes e escova com cerdas de náilon, apropriadas para o couro cabeludo sensível do bebê. Cabos com formato anatômico e emborrachado. Dimensões aproximadas: pente entre 12 cm e 15 cm e escova entre 13 cm e 17 cm, de comprimento. Cor: amarelo bebê, com referência ao Pantone 600 C. Produto fornecido em embalagem individual.	Kit	2.000
GRUPO 4			
Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.
16	Pacote de hastes flexíveis infantil: Composto por, no mínimo, 50 (cinquenta) unidades, com hastes em plástico atóxico, pontas duplas encorpadas em algodão macio e absorvente. Livres de qualquer tipo de produto químico Embalagem contendo identificação do produto, nome do fabricante, instruções de uso em língua portuguesa. Qualidade igual ou superior às marcas Huggies, Pampers e Johnson's Baby.	Pacote	2.000
17	Pacote de lenços umedecidos: Pacote com no mínimo de 50 (cinquenta) unidades, em tecido não tecido (spunlace), resistente e adequado para recém-nascido. Composição: 99% água purificada, sem álcool, sem fragrância e sem parabenos. Embalagem tipo flow pack com tampa flip-top. Dermatologicamente testado. Produto com identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e instruções de uso em língua portuguesa. Qualidade igual ou superior às marcas Huggies, Pampers e Johnson's Baby.	Pacote	2.000
18	Termômetro corporal digital: Termômetro clínico digital com ponta flexível, indicado para medição de temperatura corporal em recém-nascidos e adultos. Faixa de medição entre 32°C e 43°C, com precisão adequada para uso clínico, com medição rápida. Com visor de leitura, resistente a umidade ou respingos. Alimentação por pilha tipo botão ou equivalente, inclusa. Acompanha estojo ou capa protetora. Produto livre de mercúrio, com registro na ANVISA e em conformidade com normas do INMETRO. Fornecido com	Peça	2.000

	instruções em língua portuguesa e demais informações obrigatórias do fabricante conforme legislação vigente. Qualidade igual ou superior às marcas G-Tech, Incoterm e Omron.		
19	Kit de creme preventivo de assaduras: Composto por <u>02 (duas) bisnagas</u> de creme dermatológico para prevenção e tratamento de assaduras, com ação protetora e reparadora, textura homogênea e não oleosa, contendo óxido de zinco na composição. Conteúdo: entre 50 g e 100 g por unidade. Embalagem: individual, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação, validade e registro na ANVISA.	Kit	2.000

- 1.17. Os bens do objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.18. O objeto desta contratação não como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 2.724, de 10 de janeiro de 2024.
- 1.19. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da celebração do instrumento contratual.
- 1.20. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações.
- 1.21. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.22. O fornecimento dos bens desta contratação dar-se-ão de forma contínua.
- 1.23. Os itens adquiridos serão guardados e armazenados no almoxarifado da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social em condições adequadas de modo que não permitam a deterioração do material.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A futura contratação em tela está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) deste ente Municipal, seguindo, dessa forma, alinhado com os instrumentos de planejamento da Administração Municipal, conforme preleciona o inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

- 2.2. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social pretende realizar a contratação para eventual e futura aquisição de kits de enxoval para bebês destinados às gestantes atendidas pelos CRAS e vinculadas ao Projeto Carinho de Mãe, em consonância com as ações de fortalecimento da proteção social básica no município.
- 2.3. No mesmo contexto, destaca-se, ainda, o Projeto Abrigo de Mãe, iniciativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social voltada ao acolhimento provisório de gestantes e puérperas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal ou desamparo. O projeto oferece abrigo, acompanhamento técnico e suporte integral durante o período gestacional e pós-parto, assegurando proteção, cuidado e condições dignas para a maternidade, em alinhamento com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional para Mulheres.
- 2.4. Urge destacar que o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade pública que funciona como porta de entrada para a rede de proteção social básica, atendendo famílias, crianças, adolescentes e outros grupos em situação de vulnerabilidade. O atendimento é realizado de forma integral, visando disponibilizar serviços, benefícios e itens básicos para a assistência a indivíduos independentes e/ou com diversos graus de dependência, com fragilidade ou perda de vínculos afetivos, que não dispõem de condições para permanecer ou se manter adequadamente com suas famílias.
- 2.5. O município de Saquarema dispõe de 6 CRAS, localizados nos bairros de Jacomé, Sampaio Corrêa, Rio de Areia, Raia, Bonsucesso e Porto da Roça, unidades estratégicas que garantem o acesso descentralizado da população aos serviços de proteção social básica. Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) têm por objetivo atender em regime de proteção social básica famílias, crianças, adolescentes e outros grupos em situação de risco ou violações de direitos, buscando preservar os vínculos familiares, fortalecer a convivência comunitária, inserir em programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, realizar atendimento personalizado em pequenos grupos ou individualmente, garantir a participação em atividades que visem a socialização, o desenvolvimento de habilidades e a integração na vida da comunidade local, dentre outros.
- 2.6. A aquisição dos kits de enxoval para bebês visa garantir o pleno funcionamento das atividades de proteção social básica nos CRAS de Saquarema e o fortalecimento das ações do Projeto Carinho de Mãe, assegurando a distribuição contínua e adequada de itens essenciais às gestantes em situação de vulnerabilidade social. O enxoval é parte

essencial do acolhimento e da promoção da saúde e bem-estar da gestante e do recém-nascido, configurando-se como item indispensável para o cumprimento das políticas públicas de assistência social e proteção integral à maternidade, à infância e à primeira infância.

- 2.7. Ressalta-se que a aquisição dos kits de enxoval para bebês por meio de Sistema de Registro de Preços proporciona maior transparência, competitividade e agilidade no atendimento das necessidades das gestantes atendidas pelos CRAS de Saquarema e vinculadas ao Projeto Carinho de Mãe, evitando descontinuidade na distribuição de itens essenciais e garantindo a regularidade dos serviços de proteção social básica prestados à população vulnerável.
- 2.8. Ressalta-se que a aquisição dos kits de enxoval para bebês por meio de Sistema de Registro de Preços proporciona maior transparência, competitividade e agilidade no atendimento das necessidades das gestantes atendidas pelos CRAS de Saquarema, evitando descontinuidade na distribuição de itens essenciais e garantindo a regularidade dos serviços de proteção social básica prestados à população vulnerável.
- 2.9. O Sistema de Registro de Preços apresenta-se como medida vantajosa para a Administração Pública, pois assegura economicidade ao permitir a contratação pelo menor preço por grupo registrado, com possibilidade de adesão conforme a demanda real; garante a qualidade dos produtos por meio da exigência de especificações técnicas padronizadas e da escolha de fornecedores previamente qualificados; fortalece o comércio local ao priorizar fornecedores regionais, estimulando o desenvolvimento econômico de Saquarema; proporciona celeridade e flexibilidade no fornecimento, com contratações conforme necessidade e sem estoque excessivo; e promove transparência e eficiência administrativa, ao adequar a aquisição às demandas dos seis CRAS (Jaconé, Sampaio Corrêa, Rio de Areia, Raia, Bonsucesso e Porto da Roça) e à rotina de atendimento às gestantes.
- 2.10. Assim, a aquisição dos kits de enxoval para bebês por meio de Sistema de Registro de Preços mostra-se indispensável e plenamente justificada, por se tratar de medida essencial à promoção da dignidade, saúde e bem-estar das gestantes e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade, além de representar uma solução eficiente, transparente e vantajosa sob o ponto de vista administrativo, social e econômico.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A solução a ser adotada consiste na aquisição de kits de enxoval bebê por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP), via Pregão Eletrônico, com o objetivo de atender de forma contínua e planejada as gestantes em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pelos seis CRAS do Município de Saquarema (Jaconé, Sampaio Corrêa, Rio da Areia, Raia, Bonsucesso e Porto da Roça).

A opção pelo SRP decorre da análise técnica e econômica constante no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou ser este o modelo mais vantajoso para a Administração, garantindo menor custo global, flexibilidade nas entregas sob demanda, padronização e conformidade técnica e sanitária (ANVISA/INMETRO), além de evitar a formação de estoques excessivos ou o desabastecimento nos CRAS.

Os Kits de Bebê serão compostos por itens essenciais de primeira necessidade, organizados em conjuntos, contemplando produtos de higiene, vestuário e cuidados básicos, destinados a assegurar condições mínimas de saúde, higiene e bem-estar aos recém-nascidos e lactentes em situação de vulnerabilidade.

O ciclo de vida do objeto compreende as seguintes etapas:

- Planejamento e registro de preços: definição de quantitativos com base em dados de demanda real levantados junto aos CRAS, CadÚnico e relatórios socioassistenciais;
- Contratação e fornecimento sob demanda: emissão de ordens de fornecimento conforme necessidade mensal, observando cronograma e prazos de entrega;
- Distribuição e acompanhamento: entrega dos kits às gestantes acompanhadas, mediante comprovação de cumprimento das condicionalidades (mínimo de 6 consultas de pré-natal);
- Sustentabilidade e descarte: adoção de critérios sustentáveis em todo o ciclo, como uso de materiais recicláveis/biodegradáveis, algodão certificado, embalagens ecológicas e ausência de trabalho infantil ou escravo, conforme previsto na IN SLTI/MP nº 01/2010.

A solução atende plenamente às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, estando em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, continuidade do serviço público e sustentabilidade ambiental.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

- 4.1. Não é admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.
- 4.2. A vedação à subcontratação decorre das características específicas do objeto, que consiste no fornecimento de itens específicos e perfeitamente definidos, cuja execução não comporta fracionamento técnico. Nessas condições, a eventual participação de terceiros na execução contratual se mostraria desnecessária e desarrazoada, não agregando qualquer ganho operacional ou econômico à contratação.
- 4.3. ao contrário, a subcontratação poderia dificultar a gestão do contrato, especificamente no que se refere à fiscalização, à verificação de conformidade dos bens e à responsabilidade quanto à garantia e qualidade dos produtos entregues. A centralização da execução em um único fornecedor assegura maior controle por parte da Administração, favorecendo a rastreabilidade e a eficiência na condução contratual. Ressalta-se, ainda, que a medida não compromete a competitividade do certame, tendo em vista a existência de fornecedores no mercado plenamente aptos a atender integralmente ao objeto.

Sustentabilidade

- 4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser observados os seguintes requisitos, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e as boas práticas de consumo responsável na Administração Pública.
- 4.5. Os itens que compõem os kits de enxoval para bebês deverão ser fornecidos em embalagens de materiais reutilizáveis, recicláveis ou biodegradáveis, como sacolas de papel kraft reciclado ou caixas de papelão certificado FSC, devidamente protegidas contra impactos, umidade e danos de transporte ou manuseio.
- 4.6. É vedada a utilização de trabalho infantil, escravo ou análogo ao escravo em qualquer etapa da cadeia produtiva, devendo o fornecedor adotar processos de fabricação que reduzam a geração de resíduos industriais e o consumo de recursos naturais (água e energia), garantindo baixo impacto ambiental, longevidade dos itens têxteis e menor custo de manutenção (lavagem e reposição).
- 4.7. Sempre que possível, os fornecedores deverão adotar práticas logísticas e produtivas que minimizem impactos ambientais, tais como otimização de transporte, redução de embalagens desnecessárias e adoção de processos produtivos mais eficientes, contribuindo para a sustentabilidade das contratações públicas.

Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Requisitos Técnicos da Contratação

- 4.8. Todos os produtos a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso prévio, de primeiro uso, em perfeitas condições de conservação e funcionamento, adequados ao uso infantil, especialmente para recém-nascidos, devendo atender às normas de segurança, qualidade e higiene aplicáveis.
- 4.9. Os itens que compõem os kits de enxoval para bebês deverão estar acondicionados em embalagens apropriadas, com rótulos ou identificação clara contendo composição dos itens, instruções de uso/lavagem e logomarca da Prefeitura de Saquarema, atendendo integralmente às especificações do Termo de Referência;
- 4.10. Os produtos de higiene deverão possuir registro na ANVISA, sendo entregues com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega; os itens têxteis deverão ser novos, higienizados e embalados a vácuo ou em saco plástico selado, com garantia de esterilidade até o momento da distribuição;
- 4.11. Acondicionados em embalagem externa original ou coletiva lacrada (caixa de papelão ou sacola reciclável identificada), fazendo constar: marca, modelo/tamanho (RN/P), dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade (quando aplicável), número de lote e composição dos materiais (ex.: “100% algodão”);
- 4.12. Os itens que compõem os Kits de Bebê deverão ser acondicionados de forma adequada para transporte e armazenamento, utilizando, sempre que possível, materiais recicláveis ou biodegradáveis, garantindo proteção durante o transporte, armazenamento e distribuição, sem partes cortantes expostas;
- 4.13. A contratada se responsabiliza pelos vícios redibitórios, defeitos de fabricação e danos decorrentes do objeto, conforme os artigos 12, 13 e 17 a 24 do Código de Defesa do Consumidor, incluindo troca imediata de itens com avaria, manchas, costuras soltas ou não conformidade com as especificações.
- 4.14. O fornecedor deve fornecer informações sobre o transporte e o prazo de entrega dos itens.

Amostra Física para Verificação de Conformidade

- 4.15. A Administração poderá exigir, após a fase de julgamento da licitação e antes da homologação do certame, nos termos do art. 17 e do art. 41, inciso II e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, a apresentação de amostra física dos itens têxteis adjudicados, exclusivamente do licitante classificado em primeiro lugar em cada grupo, na fase de diligência ou como condição suspensiva para a assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato.
- 4.16. A exigência da amostra tem por objetivo verificar a conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, assegurando que o material cotado corresponda efetivamente ao solicitado, especialmente quanto à composição têxtil, gramatura, medidas com tolerâncias admitidas, tratamento antimicrobiano, qualidade das costuras e acabamentos, fidelidade da personalização, bem como a ausência de defeitos visíveis, táteis ou olfativos. Considera-se, ainda, que os itens se destinam a recém-nascidos, público com pele sensível, o que justifica a verificação prévia da qualidade e segurança dos materiais.
- 4.17. As amostras apresentadas deverão estar corretamente identificadas, contendo, no mínimo, o nome do licitante, o número da licitação/pregão, o grupo/lote e o item a que se referem, preferencialmente por meio de etiquetas afixadas nos produtos e/ou embalagens.
- 4.18. O licitante classificado em primeiro lugar deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, todas as condições necessárias à realização de testes, ensaios ou avaliações de conformidade dos produtos ofertados, sem ônus adicional para a Administração.

Parágrafo único: Deverão ser fornecidos os manuais de uso, operação e manutenção dos produtos, em língua portuguesa, em meio físico, conforme disponibilizado pelo fabricante.

- 4.19. As amostras deverão estar acompanhadas de ficha técnica do produto ofertado, contendo, de forma clara e objetiva, suas características e especificações técnicas, incluindo composição têxtil, gramatura e demais informações pertinentes.
- 4.20. Os itens têxteis adjudicados deverão estar disponíveis para apresentação de amostra no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, contados da solicitação formal da

Administração, sob pena de desclassificação. Na impossibilidade de apresentação imediata, o licitante deverá comprovar o envio dentro do prazo, mediante comprovante de postagem ou código de rastreamento válido.

- 4.21. As amostras serão analisadas pela comissão de recebimento e/ou fiscalização técnica do Órgão Gerenciador, que emitirá laudo técnico motivado acerca da conformidade dos produtos. A critério da Administração, poderão ser realizados testes laboratoriais ou outros procedimentos técnicos necessários.
- 4.22. As amostras deverão refletir fielmente o padrão de produção que será adotado no fornecimento contratual, inclusive quanto aos materiais, acabamento e processos produtivos, sendo vedada a apresentação de produtos divergentes daqueles efetivamente a serem fornecidos.
- 4.23. Serão aprovadas as amostras que atenderem integralmente às especificações técnicas e características exigidas neste Termo de Referência.
- 4.24. O fornecedor que tiver as amostras aprovadas ficará sujeito à auditoria pelo Poder Público, nos termos deste documento.
- 4.25. Para fins de avaliação técnica, o licitante classificado em primeiro lugar deverá fornecer 1 (uma) unidade de amostra para cada item têxtil adjudicado, pertencente aos Grupos 1 e 2.
- 4.26. Para fins de avaliação técnica das amostras, serão considerados os seguintes critérios objetivos mínimos de aceitabilidade, aplicáveis aos itens adjudicados ao licitante classificado em primeiro lugar em cada grupo/lote:
 - conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, incluindo composição, materiais e características funcionais declaradas;
 - atendimento às dimensões, medidas e tolerâncias previstas;
 - qualidade dos materiais empregados, incluindo maciez, resistência, durabilidade e adequação ao uso infantil;
 - regularidade e qualidade do acabamento, incluindo costuras, fixações, encaixes e demais elementos construtivos;
 - funcionamento adequado de componentes (fechos, botões, válvulas, mecanismos ou similares);

- segurança para uso em recém-nascidos, com ausência de partes cortantes, pontiagudas, rebarbas, peças soltas ou quaisquer elementos que possam representar risco;
- ausência de defeitos visíveis, táteis ou olfativos, tais como manchas, odores, deformidades ou falhas de fabricação;
- conformidade das embalagens, quanto à integridade, vedação, proteção do produto e funcionalidade;
- presença de rotulagem e identificação obrigatória, contendo informações como fabricante, composição, data de fabricação, validade e instruções de uso, em língua portuguesa;
- compatibilidade do produto com o uso a que se destina, especialmente quanto à adequação à pele sensível e às necessidades de recém-nascidos.
- Adicionalmente, para fins de padronização e controle de qualidade, os itens pertencentes aos Grupos – Bolsa Maternidade e 2 – Vestuário Infantil deverão apresentar uniformidade quanto à coloração, acabamento e características dos materiais, de modo a garantir a harmonia visual e funcional do kit.
- Para os itens têxteis, a Administração poderá exigir, a qualquer tempo, a apresentação de laudo técnico emitido por laboratório acreditado, que comprove a composição do tecido, a ausência de substâncias nocivas e a adequação ao uso infantil, conforme especificações deste Termo de Referência.
- O não atendimento a esses critérios poderá ensejar a reprovação da amostra ou a recusa dos produtos no ato do recebimento.

Os critérios de avaliação das amostras descritos acima possuem caráter complementar às especificações técnicas constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, não afastando a obrigatoriedade de atendimento integral a todos os requisitos de qualidade, composição, dimensões, acabamentos, identificação, embalagem e segurança do produto. A aprovação da amostra estará condicionada ao atendimento cumulativo das especificações técnicas e dos critérios mínimos de avaliação estabelecidos, cabendo à Administração a análise técnica motivada quanto à conformidade dos itens apresentados.

- 4.27. Caso a amostra seja aprovada, poderá ser devolvida ao fornecedor, a critério da Administração. Caso seja reprovada, ficará disponível para retirada pelo fornecedor, sem ônus para a Administração.
- 4.28. A não apresentação da amostra no prazo estipulado ou a sua reprovação, implicará a desclassificação da proposta do licitante.

- 4.29. As amostras deverão ser entregues no endereço da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, localizada na Av. Saquarema, nº 4.299, Bloco 1, Sala 32 – Centro Administrativo Ézio Ferreira Costa – Porto da Roça – Saquarema/RJ, no horário de **segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 16h**, com agendamento ou aviso prévio por meio de e-mail de contato desenvolvimentosocial@saquarema.rj.gov.br, sendo que o fornecedor assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega, extravio ou fatos de terceiros.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

- 5.1. A entrega dos itens será realizada de forma parcelada, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.
- 5.2. Não se aplica a distinção entre itens perecíveis e não perecíveis, considerando que o objeto contempla itens têxteis e produtos de higiene.
- 5.3. A entrega será realizada de forma parcelada, com a respectiva emissão de ordem de início de entrega para cada pedido de fornecimento, desta forma, entregando todo o quantitativo previsto no respectivo instrumento contratual.
- 5.4. Os itens deverão ser entregues de segunda a sexta-feira nos seguintes endereços:
- Avenida Saquarema, nº 4299, Porto da Roça, Saquarema/RJ – Centro Administrativo Ézio Ferreira Costa, no horário das 9h às 12h e de 13h às 16h.
- 5.4.1. Na data da entrega, os produtos que, por força de lei ou regulamentação sanitária, possuírem prazo de validade impresso (ex.: lenços umedecidos, pomada para assaduras com registro ANVISA) deverão apresentar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de seu prazo total de validade, contado da data de fabricação até a data de vencimento indicada pelo fabricante, observado o prazo mínimo remanescente de 24 (vinte e quatro) meses, quando o prazo total de validade do produto assim o comportar.
- 5.4.1.1. A exigência de percentual mínimo de validade remanescente visa assegurar condições adequadas de estabilidade, segurança, eficácia e utilização dos produtos durante sua vida útil, em conformidade com as diretrizes sanitárias aplicáveis e com os

estudos de estabilidade exigidos pela ANVISA, os quais avaliam o comportamento, a manutenção das características e a qualidade do produto desde sua fabricação até o término do prazo de validade declarado pelo fabricante.

5.4.2. Todos os itens fornecidos deverão ser novos, sem uso, higienizados e adequados ao uso infantil, garantindo segurança, qualidade e integridade até a destinação final.

5.4.3. As embalagens deverão oferecer proteção adequada contra impactos, umidade e demais agentes externos, assegurando a preservação da qualidade e integridade dos produtos durante o transporte, armazenamento e manuseio. A contratada será responsável por quaisquer danos ou avarias decorrentes de acondicionamento inadequado, transporte ou manuseio incorreto até o recebimento definitivo dos itens.

5.4.4. A contratada deverá garantir condições adequadas de guarda e armazenamento dos materiais, em locais limpos, ventilados, protegidos da luz solar direta, da umidade e de fontes de calor, de forma a evitar deterioração, contaminação ou deformação dos produtos até o momento da entrega.

5.4.5. No ato do recebimento, o almoxarifado da Secretaria Municipal deverá proceder à conferência quantitativa e qualitativa dos itens, verificando integridade das embalagens, condições sanitárias, prazos de validade, lacres, sinais de umidade ou qualquer indício de avaria. Os produtos serão recusados caso apresentem danos, irregularidades ou não atendam às especificações deste Termo.

5.4.6. Após o recebimento provisório, os materiais serão armazenados pelo almoxarifado em local apropriado, higienizado e organizado, evitando exposição à umidade, calor excessivo, luz solar direta, agentes contaminantes ou pragas, devendo ser mantidos sobre pallets ou prateleiras, sem contato direto com o piso ou paredes.

5.5. O fornecedor deverá entregar exatamente as quantidades especificadas no contrato ou na Ordem de Fornecimento, sendo a conferência realizada no ato da entrega, com imediata correção de eventuais divergências.

5.6. No preço contratado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como transporte, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias ao fornecimento dos itens no local indicado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O prazo de garantia legal dos kits de enxoval para bebês é aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), sendo de 90 (noventa) dias para vícios redibitórios aparentes ou de fácil constatação a contar da entrega (art. 26, II, CDC).

Para vícios ocultos (defeitos não detectáveis no recebimento, como costuras que se desfazem após lavagem, manchas que surgem com o uso ou produtos de higiene com alteração de consistência/cor), o prazo de decadência inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito (art. 26, § 3º, CDC), independentemente do prazo de armazenamento ou da abertura das embalagens, desde que o kit permaneça lacrado, em condições adequadas de estoque e dentro da validade. Assim, mesmo que o defeito seja constatado após o recebimento em lote (devido à impossibilidade prática de abertura caixa por caixa no ato da entrega), a contratada permanecerá responsável pela troca imediata e sem ônus, mediante comprovação por laudo técnico ou fotos do vício, respeitando-se o prazo de 90 dias contados da descoberta

5.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.9. Os itens do kit (têxteis e produtos de higiene) deverão ser substituídos integralmente e sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após notificação, na hipótese de apresentarem vícios de qualidade ou quantidade, defeitos de fabricação (ex.: costuras soltas, manchas, odor, embalagem violada), não conformidade com as especificações ou prazo de validade inferior ao exigido;

5.10. A contratada deverá fornecer assistência técnica imediata para troca ou reparo de itens com defeito, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais por descumprimento

Do Prazo de Assinatura do Instrumento Contratual

5.9. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social enviará à adjudicatária o instrumento contratual para assinatura de seu representante legal.

5.10. O instrumento contratual deverá ser devolvido à Secretaria no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena da aplicação das penalidades previstas no item 12 deste Termo.

5.11. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo prestador dos serviços convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Secretaria.

5.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, em até 5 (cinco) dias úteis, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas, e facultando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação ou revogar a licitação, sem prejuízo das aplicações dispostas no item 12 deste Termo.

Da Validade da Proposta

5.13 A proposta apresentada pelo licitante deverá possuir prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias.

6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 6.1. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços para aquisição dos itens que compõem os kits de enxoval para bebês deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, a Ata de Registro de Preços, as Ordens de Fornecimento emitidas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, sem prejuízo da validade da Ata de Registro de Preços (12 meses).
- 6.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da celebração do instrumento contratual, podendo ser prorrogado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificada pela Administração e antes de expirado o prazo inicial.
- 6.4. A prorrogação contratual é condicionada à comprovação, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, sendo permitida a negociação com o contratado.
- 6.5. A manutenção da vigência dependerá da permanência das condições de habilitação, qualificação, regularidade fiscal e trabalhista da contratada, bem como do atendimento integral às obrigações contratuais assumidas.

- 6.6. O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação, que será concedida a critério da Administração, observados os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.
- 6.7. O contratado não possui direito subjetivo à prorrogação, que será concedida a critério da Administração, observados os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.
- 6.8. Caso a prorrogação seja inviável, deverá ser providenciada, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término da vigência, a abertura de novo procedimento licitatório ou o planejamento de nova adesão à Ata, a fim de assegurar a continuidade do fornecimento.
- 6.9. A formalização da prorrogação será realizada mediante termo aditivo, instruído com parecer jurídico, justificativa técnica e demonstração da vantagem administrativa, conforme o § 1º do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.10. As comunicações entre a Secretaria Municipal de Assistência Social e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica (e-mail institucional) com comprovante de leitura para esse fim, especialmente para emissão de Ordens de Fornecimento e notificações de não conformidade.
- 6.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, como substituição de lotes com vícios, reentrega emergencial ou apresentação de documentos comprobatórios (notas fiscais, laudos de qualidade, certificados ANVISA/INMETRO).
- 6.12. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Secretaria poderá convocar o representante da empresa para reunião inicial de alinhamento, na qual será apresentado o plano de fiscalização, contendo:
- *Obrigações contratuais (especificações técnicas, prazos de entrega, qualidade dos itens);*
 - *Mecanismos de fiscalização (recebimento provisório/definitivo, conferência por amostragem);*
 - *Estratégias para execução sob demanda dos **CRAS**;*
 - *Plano complementar da contratada (logística de entrega, controle de estoque);*
 - *Método de aferição dos resultados (relatórios mensais de distribuição);*

- *Sanções aplicáveis (multa, advertência, suspensão da Ata);*
- *Procedimentos para adesão “carona” por outros órgãos, se aplicável.*

Fiscalização

6.13. A execução da Ata de Registro de Preços e das Ordens de Fornecimento de kits de enxoval para bebês deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (ou seus substitutos legais), nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe verificar a conformidade dos itens entregues com as especificações técnicas (amostragem mínima de 10% dos kits por lote), conferir quantidade, integridade das embalagens, validade e certificações (ANVISA/INMETRO), emitir relatório de recebimento provisório e definitivo em até 05 (cinco) dias úteis, registrar não conformidades com solicitação imediata de substituição, acompanhar mensalmente a demanda real dos 6 CRAS e ajustar as Ordens de Fornecimento, além de elaborar relatório trimestral de execução para fins de prestação de contas e renovação da Ata.

Fiscalização Técnica

6.14. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial: (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 21)

6.14.1. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências; (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, I)

6.14.2. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, II);

6.14.3. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, III);

6.14.4. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IV);

6.14.5. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, V);

6.14.6. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VI);

6.14.7. comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual; (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VII);

6.14.8. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, conforme o disposto no inciso VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, VIII);

6.14.9. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2722 de 2024. (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, IX);

6.14.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 21, X);

Fiscalização Administrativa

6.14.11. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024,, art. 21):

6.14.12. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, I);

6.14.13. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, II);

6.14.14. Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, observar o disposto em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, III);

6.14.15. Atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, IV);

6.14.16. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial, conforme disposto no inciso VII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, V);

6.14.17. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, conforme o disposto no inciso VIII do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024 (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI);

6.14.18. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato referido no art. 24, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, art. 22, VI).

Fiscalização Setorial

6.15. Caberá ao fiscal setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam o art. 21 e o art. 22 do Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024 (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 23).

Gestor do Contrato

6.16. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial (Decreto Municipal nº 2.722 de 10 de janeiro de 2024, art. 20):

6.16.1. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, de que tratam os incisos II, III e IV do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.16.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.16.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.16.4. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.16.5. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de que trata o inciso I do art. 18 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024;

6.16.6. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato;

6.16.7. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

6.16.8. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

6.16.9. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato referido no art. 24 do Decreto Municipal nº 2.722 de 2024, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

6.16.10. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo fiscal do contrato, para posterior verificação da conformidade com as especificações do Termo de Referência e da proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da nota fiscal pela Administração, após verificação de qualidade, quantidade e integridade, com atesto na Nota Fiscal pelo gestor do contrato, dispensando termo detalhado de recebimento definitivo.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, por igual período, mediante justificativa, quando houver necessidade de diligências para aferição das exigências contratuais.
- 7.5. Em caso de controvérsia sobre qualidade, quantidade ou conformidade, observar-se-á o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, emitindo-se Nota Fiscal e procedendo-se ao pagamento da parcela incontroversa.
- 7.6. O prazo para saneamento de inconsistências na execução ou na nota fiscal, verificadas pela Administração, não será computado para fins de recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da contratada pela qualidade e segurança dos bens, nem a responsabilidade pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar;
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com

o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.18. Na hipótese de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

- 7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. A contratação será precedida de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos dos arts. 28 a 31 (pregão) e art. 81 (SRP) da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de registrar preços para eventual aquisição de kits de enxoval para bebês, conforme demanda dos CRAS do Município de Saquarema), com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR GRUPO**.
- 8.2. A presente contratação será realizada de forma parcelada, estruturada por grupos de itens, conforme definido neste Termo de Referência, visando ampliar a competitividade e a participação de fornecedores, sem prejuízo da qualidade dos produtos, considerando o agrupamento por similaridade técnica e funcional, de modo a favorecer a eficiência logística e a gestão contratual, cabendo à Administração, por meio das especificações estabelecidas, assegurar a padronização mínima, a uniformidade e a adequação dos itens que serão posteriormente organizados para atendimento ao público-alvo.
- 8.3. Cada grupo poderá ser adjudicado a fornecedor distinto, não havendo obrigatoriedade de que uma única empresa forneça a totalidade dos itens previstos nesta contratação. Essa sistemática amplia a competitividade do certame, possibilita a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, sem prejuízo da padronização e qualidade dos produtos, que serão asseguradas por meio das especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

- 8.4. O modelo de fornecimento por grupos também contribui para a flexibilidade operacional da Administração, permitindo que os itens sejam adquiridos conforme a necessidade específica de cada situação, bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária e logística. Essa estratégia favorece a continuidade do atendimento à população beneficiária, evita a dependência de um único fornecedor e fortalece a eficiência administrativa na gestão dos itens.
- 8.5. Ademais, a responsabilização contratual permanece claramente definida para cada fornecedor, de acordo com o respectivo grupo adjudicado, permitindo o adequado acompanhamento da execução contratual e a eventual aplicação de penalidades. Destaca-se, ainda, que o detalhamento das especificações técnicas é imprescindível para resguardar a Administração, considerando experiências anteriores em que descrições genéricas possibilitaram o fornecimento de produtos com padrão inferior ao desejado. Dessa forma, o agrupamento por grupos/lotes, aliado à especificação minuciosa dos itens, assegura maior controle, eficiência, economicidade e adequado atendimento ao público-alvo.

Forma de fornecimento

- 8.6. O fornecimento do objeto será de forma parcelada.

Possíveis impactos ambientais

- 8.7. De acordo com o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitação destina-se a garantir, além de outros princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável, harmonizando-se com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.
- 8.8. A logística reversa das embalagens dos kits de enxoval para bebês (sacos plásticos, caixas de papelão, frascos de produtos de higiene e eventuais plásticos de proteção) deverá ser de responsabilidade da Contratada, que obedecerá a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive os restos de embalagens utilizados na produção e entrega
- 8.9. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se a Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto Federal nº 7.404/2010, Decreto Estadual nº 15.543/2020 e os preceitos de preservação ambiental.
- 8.10. A Contratada deverá apresentar, no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a coleta, transporte e destinação final correta das embalagens

(reciclagem, reutilização ou descarte em aterro licenciado), em conformidade com a legislação citada.

- 8.11. Será recomendado à empresa contratada adotar práticas de sustentabilidade na fabricação e entrega dos kits, conforme orientações do art. 6º da IN nº 01/2010 (Compras Sustentáveis), priorizando materiais reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, redução de embalagens secundárias e uso de fornecedores com certificação ambiental.

Exigências de habilitação

- 8.12. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar, ainda, os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.13. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.14. **Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 8.15. **No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.16. **Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.
- 8.17. **No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- 8.18. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.
- 8.19. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

- 8.20. CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

Regularização fiscal e trabalhista:

- 8.21. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.22. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.23. Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.
- 8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- 8.25. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.26. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.27. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- 8.28. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico – Financeira

- 8.29. **Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.
- 8.30. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.
- 8.31. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.
- 8.32. A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas, ou a Certidão dos Cartórios da Comarca para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no Município de Saquarema.
- 8.33. **Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 8.34. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou

- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

III. Sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18

8.35. Comprovação da boa situação financeira da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

8.35.1. Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

- 8.35.2. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.
- 8.35.3. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.
- 8.35.4. Fórmulas
- 8.35.5. $ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$
- 8.35.6. ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL
- 8.35.7. AC = Ativo Circulante
- 8.35.8. RLP = Realizável à Longo Prazo
- 8.35.9. PC = Passivo Circulante
- 8.35.10. ELP = Exigível à Longo Prazo
- 8.35.11. $ISG = AT / (PC + ELP)$
- 8.35.12. ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL
- 8.35.13. AT = Ativo Total
- 8.35.14. PC = Passivo Circulante
- 8.35.15. ELP = Exigível à Longo Prazo
- 8.35.16. $ILC = AC / PC$
- 8.35.17. ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE
- 8.35.18. AC = Ativo Circulante
- 8.35.19. PC = Passivo Circulante

8.36. Caso a licitante não apresente os índices na forma do item 8.31, deverá apresentar **Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço

Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

Qualificação Técnica

- 8.37. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, e no edital de licitação, conforme preleciona o art. 35 e seguintes do Decreto Municipal nº 2.740 de 06 de fevereiro de 2024 (Decreto Municipal nº 2.740 de 06 de fevereiro de 2024):
- 8.38. §1º A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, desde que previsto no edital de licitação, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- 8.39. §2º A documentação de habilitação de que trata o caput poderá ser dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de que trata o inciso III do art. 70 da Lei nº 14.133/2021, ressalvado inciso XXXIII do caput do art. 7º e o § 3º do art. 195 da Constituição Federal.
- 8.40. Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e favor da empresa licitante, comprovando experiência anterior na execução de serviço igual ou similar ao objeto da licitação, compatíveis em características, quantidades e prazos com as especificações constantes do Termo de Referência;
- 8.41. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.41.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.41.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela

Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 8.42. Acondicionados em embalagens originais, lacradas e apropriadas para armazenamento, fazendo constar na embalagem a descrição do material e incluindo: marca, modelo, dados do fabricante/importador, código de referência, data de fabricação e validade ou garantia, de acordo com suas características, bem como o número de série e/ou lote do produto.
- 8.43. Para fins de atendimento à qualificação técnica, considerar-se-á como experiência compatível com o objeto o fornecimento anterior de kits de bebê, enxovais para recém-nascidos e/ou conjuntos compostos por itens têxteis e produtos de higiene e cuidados infantis, inclusive quando fornecidos de forma parcial ou por itens, desde que demonstrada a similaridade em natureza, complexidade e finalidade com o objeto desta contratação.
- 8.44. Será admitida a comprovação de experiência por meio de um ou mais atestados, vedada a exigência de quantitativos mínimos, valores específicos, exclusividade de fornecimento à Administração Pública ou período mínimo de execução, em observância aos princípios da ampla competitividade, isonomia e proporcionalidade.

Regularidade Sanitária – Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE/ANVISA) e Autorizações Aplicáveis

- 8.45. Para fins de habilitação, **ESPECIFICAMENTE aos itens sujeitos à vigilância sanitária, integrantes do Grupo 4, a exigência de documentação sanitária aplicar-se-á exclusivamente aos licitantes participantes do referido grupo**, devendo ser apresentada a documentação pertinente conforme a natureza do produto, observadas as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, nos seguintes termos:
- a. Para os produtos para saúde, higiene pessoal, cosméticos e correlatos, o licitante deverá apresentar, quando caracterizada a atividade de comércio atacadista, distribuição, importação ou fornecimento a pessoa jurídica, inclusive à Administração Pública, cópia legível e válida da Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, expedida pela ANVISA, nos termos da RDC ANVISA nº 16/2014 e suas alterações, compatível com a atividade exercida, bem como o respectivo registro ou notificação do produto junto à ANVISA.

Parágrafo único: Para fins sanitários, considera-se comércio atacadista a venda de produtos sujeitos à vigilância sanitária a pessoas jurídicas, inclusive órgãos e entidades da Administração Pública, nos termos da RDC ANVISA nº 16/2014, sendo indispensável a AFE para o exercício dessa atividade.

- b. Para os itens têxteis e de enxoval, tais como bodys, macacões, casaquinhos, culotes, meias, toalhas, mantas, toucas, luvas, bolsa maternidade e trocador, bem como para os licitantes que participarem exclusivamente de grupos compostos por tais itens, não será exigida Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), devendo o licitante comprovar o atendimento às normas de rotulagem, composição têxtil e segurança do consumidor, conforme a legislação vigente, incluindo normas técnicas aplicáveis da ABNT, regras de identificação de fibras e informações obrigatórias de rotulagem estabelecidas pelo INMETRO, bem como eventuais certificações compulsórias exigidas.
- c. Caso o licitante não seja o fabricante dos produtos sujeitos à vigilância sanitária, deverá apresentar, cumulativamente:

I – sua própria Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), compatível com a atividade de comércio atacadista ou distribuição;

II – a AFE do fabricante ou detentor do registro do produto; e

III – documento que comprove a regularidade da cadeia de fornecimento, tais como contrato de fornecimento, carta de autorização do fabricante ou distribuidor autorizado ou documento equivalente.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 868.220,00 (oitocentos e sessenta e oito mil duzentos e vinte reais), a partir de pesquisa de mercado, realizada oportunamente pelo Departamento de Compras desta municipalidade, em estrito cumprimento ao disposto no art.6º do Decreto Municipal nº 2.741, de 06 de fevereiro de 2024.
- 9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 9.3. Em caso de força maior, caso furtuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a

execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.4. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargo legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.5. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Realizar os pagamentos na forma e condições previstas neste Termo de Referência;
- 10.2. Realizar a fiscalização do objeto contratado;
- 10.3. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 10.4. Notificar à Contratada de quaisquer irregularidades encontrada(s) no(s) produto(s) que impossibilite(m) sua utilização;
- 10.5. Empenhar, para cumprimento do contrato, os recursos orçamentários necessários ao pagamento
- 10.6. Notificar previamente o Contratada, quando da aplicação de penalidades;

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Fornecer os bens de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência;
- 11.2. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços;
- 11.3. Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de

Preços, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas;

- 11.4. Atender às determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;
- 11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, por sua conta e responsabilidade, os bens recusados pelo CONTRATANTE no prazo determinado pela Fiscalização;
- 11.6. Responsabilizar-se, na forma do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término:
- 11.6.1. Em caso de ajuizamento de ações trabalhistas em face da CONTRATADA, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, com a inclusão do Município de Saquarema ou de entidade da Administração Pública indireta como responsável subsidiário ou solidário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- 11.6.2. No caso da existência de débitos tributários ou previdenciários, decorrentes da execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, que possam ensejar responsabilidade subsidiária ou solidária do CONTRATANTE, as parcelas vincendas poderão ser retidas até o montante dos valores cobrados, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência;
- 11.7. As retenções previstas nas alíneas “11.6.1” e “11.6.2” poderão ser realizadas tão logo tenha ciência o Município de Saquarema ou o CONTRATANTE da existência de ação trabalhista ou de débitos tributários e previdenciários e serão destinadas ao pagamento das respectivas obrigações caso o Município de Saquarema ou entidade da Administração Pública indireta sejam compelidos a tanto, administrativa ou judicialmente, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA;
- 11.8. Eventuais retenções previstas nas alíneas “11.6.1” e “11.6.2” somente serão liberadas pelo CONTRATANTE se houver justa causa devidamente fundamentada.

- 11.9. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços durante todo prazo de execução contratual;
- 11.10. Responsabilizar-se inteira e exclusivamente pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;
- 11.11. Observar os dispostos nos Decretos Municipais nº 2.721/2024, 2.722/2024, 2.723/2024, 2.724/2024 e 2.740/2024;
- 11.12. Cumprir ao longo de toda a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 11.13. Se comprometer a não subcontratar pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 11.14. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições do(s) bem(s) entregue(s), atendendo, assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- 11.15. Informar endereço(s) eletrônico(s) para comunicação e recebimento de notificações e intimações, inclusive para fim de eventual citação judicial.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Pelo descumprimento total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas na Lei nº 14.133/2021:
- 12.2. Advertência;

- 12.3. Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Contrato ou saldo não atendido do Contrato;
- 12.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA;
- 12.5. Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- 12.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
- 12.7. A aplicação das sanções previstas nos subitens 12.2 e 12.3 observará os seguintes parâmetros:
- 12.8. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea “c”, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 12.9. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;
- 12.10. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não atendido do Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da CONTRATADA; e
- 12.11. 0,1% (um décimo por cento) do valor do Contrato por dia de atraso (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato;
- 12.12. Decorridos 20 (vinte) dias da convocação para assinatura do instrumento contratual, sem a manifestação da adjudicatária, ficará configurada a recusa injustificada a que alude o art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022, sujeitando-a ao Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de 1 (um) ano, além da aplicação da multa prevista no

item 2 da Tabela de Eventos, devidamente convertida em compensatória, na forma do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/21.

- 12.13. A inexecução da avença contratual sujeitará o contratado a multa compensatória de 30% do valor da contratação, além da possibilidade da aplicabilidade do Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de 2 (dois) anos.
- 12.14. Observados reiterados atrasos na execução do Contrato que vier a ser formalizado, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções legais previstas, consoante disposições contidas no caput e § único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.15. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, ressalvada a exceção prevista do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/2021.
- 12.16. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, ressalvada a exceção prevista do parágrafo único do artigo 162 da Lei Federal 14.133/2021.
- 12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se existente, ou será cobrada judicialmente.
- 12.18. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar, e com a Declaração de Inidoneidade de Licitar ou Contratar.
- 12.19. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de rescindir de pleno direito o Contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- 12.20. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais;
- 12.21. As sanções previstas no item 12.1 do caput desta Cláusula poderão ser aplicadas de forma concomitantes e, não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato;
- 12.22. As multas previstas neste tópico não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas;
- 12.23. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido;
- 12.24. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento;
- 12.25. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- 12.26. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 12.27. A recusa das licitantes em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 12.1.

13. FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO

13.1. Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços ou instrumento que fizer as vezes dele deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior e caso fortuito poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

14. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO

14.1. É facultativo ao CONTRATANTE suspender a execução do(s) Contrato(s) derivado(s) da adesão da Ata de Registro de Preços e a contagem dos prazos mediante justificativas.

15. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O CONTRATANTE poderá extinguir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado o art. 138, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.1.1. A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

15.1.2. Extinto o Contrato, a CONTRATANTE assumirá imediatamente o seu objeto no local e no estado em que a sua execução se encontrar;

15.1.3. Na hipótese de extinção por culpa da contratada, a CONTRATADA, além das demais sanções cabíveis, ficará sujeita à multa de até 20% (vinte por cento) calculada sobre o saldo reajustado do Contrato, ou, ainda, sobre o valor do Contrato;

15.1.4. A multa referida no subitem anterior não tem caráter compensatório, podendo, ainda ser compensada com eventuais créditos devidos pelo CONTRATANTE.

15.2. Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

a) a devolução da garantia (se houver);

- b) os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
- c) o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
- d) o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

15.3. Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no subitem 14.1.4.

15.4. No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia (se houver).

16. DO REAJUSTE

16.1. Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 14.133/2004.

16.2. Os preços serão reajustados utilizando-se a variação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

16.3. O prazo para resposta do pedido de reajustamento será de 45 (quarenta e cinco) dias

16.4. Caso o índice previsto neste Termo de Referência seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Processo nº 21.362/2025

Folha: **1685** Rubrica: ____

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA				
Referente a Lei Orçamentária Anual de 2026				
Órgão	Unidade Orçamentária	Dotação Orçamentária	Programa de Trabalho:	Fonte de Recursos
CRAS - FMAS				
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	07.010 Fundo Municipal de Assistência Social	3.3.90.32.05.00.00 Material Promocional para Distribuição	08.245.0030.2.26500 Bloco de Proteção Social Básica	1704 Transferências da União Referentes a Com

18. MEMÓRIA DE CÁLCULO (ANEXO I)

18.1. Segue em anexo a planilha de quantitativo, com estimativa anual, conforme demanda apontada por cada setor.

19. IDENTIDADE VISUAL (ANEXO II)

19.1. A personalização será realizada na parte frontal do bolso da bolsa maternidade, por meio de bordado computadorizado, contendo a arte oficial do Projeto Carinho de Mãe e a logomarca da Prefeitura Municipal de Saquarema, devidamente centralizadas e proporcionais, conforme referências visuais anexas.

19.2. Seguem em anexo as propostas de identidade visual referentes exclusivamente à bolsa maternidade que compõe o kit, apresentadas com caráter ilustrativo, com o objetivo de demonstrar o posicionamento das personalizações, proporções e logotipos institucionais a serem aplicados, bem como registros fotográficos do modelo confeccionado em processo anterior, a título de referência visual e comparativa.

19.3. As personalizações deverão obedecer aos padrões oficiais de identidade visual da Prefeitura Municipal de Saquarema, conforme diretrizes vigentes, incluindo o brasão do Município e, quando aplicável, a identificação do programa social vinculado à distribuição dos kits.

19.4. A execução da arte final poderá ser ajustada conforme necessidade técnica ou atualização da identidade visual municipal, devendo ser previamente submetida à aprovação da Secretaria demandante antes do início da produção.

19.5. A finalidade da personalização é assegurar a identificação institucional do material, garantir transparência na aplicação dos recursos públicos e evitar o uso indevido ou a descaracterização das bolsas distribuídas no âmbito do programa.

19.6. O Anexo contém as imagens de referência e logotipos oficiais utilizados como base para a personalização.

Saquarema, 07 de maio de 2026

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> Danilo Martinho Silva Matrícula: 9510868-1 Setor Orçamentário	<hr/> Pamella Dias da Fonseca Matrícula: 961682-2 Setor Orçamentário
AUTORIDADE MÁXIMA	
<hr/> Joice Mattos Terra Matrícula: 954527-8 Secretária Municipal de Desenvolvimento Social	

ANEXO I – MEMÓRIA DE CÁLCULO

MEMÓRIA DE CÁLCULO